

ELITISMO E A CRISE DA DEMOCRACIA

Luís Lóia

Num período de 16 anos, entre 1910 e 1926, houve em Portugal sete parlamentos, oito presidentes da República, 45 governos, 40 chefias de governo (um presidente do Governo Provisório e 38 presidentes do Ministério), duas presidências do Ministério que não chegaram a tomar posse, dois presidentes do Ministério interinos, uma junta constitucional, uma junta revolucionária e um ministério investido na totalidade do poder executivo. Face a esta realidade bem se justificava a famosa afirmação tardiamente proferida: *Como sabem, há os estados socialistas, os estados ditos comunistas, os estados capitalistas e há o estado a que chegámos.*

Politicamente, exerce o poder, sobretudo, o Partido Republicano Português, de onde emergem o Partido Democrático, o Partido Evolucionista e o Partido Unionista. A partir daqui o Partido Democrático é o vencedor sistemático das eleições para o Congresso da República (com exceção das que se realizam em 1921) e assume uma presença dominante na administração do Estado, limitando o acesso ao poder de outras forças partidárias, a não ser em coligações efémeras. Em 5 de Dezembro de 1917, triunfa uma revolta militar chefiada por Sidónio Pais, com o apoio do Partido Unionista, que instaura uma ditadura militar.

Um Decreto de 1918 previa, em parte, a adoção de um sistema de governo presidencialista. Constituiu-se o Partido Nacional Republicano (mais tarde designado de Nacionalista), vencedor das eleições ao Congresso em 1918, onde se manteve uma forte minoria de monárquicos e católicos. Na sequência da participação na 1.^a Guerra Mundial, a década de 20 é marcada por sucessivas alterações de governo, rivalidades entre as alas esquerda e direita do Partido Democrático, o receio contra os apoiantes do anarquismo e do bolchevismo. O assassinato de Sidónio Pais, em 1918, a proclamação da Monarquia do Norte, em 1919, e, depois, a demissão do chefe do Governo, António Granjo, apresentada ao Presidente da República, António José de Almeida, que não nomeia novo governo, são as razões invocadas para os acontecimentos que ficaram conhecidos como a noite sangrenta. Nessa noite, de 19 para 20 de outubro de 1921, são assassinados o chefe do Governo António Granjo, assim como os ideólogos da revolução de 1910, Machado Santos e Carlos da Maia. Tal, motiva uma crescente simpatia do Exército

pelas soluções autoritárias e é neste quadro político que surge a *Seara Nova*, um movimento que denuncia as elites, pois o povo não é ouvido, não é direta ou indiretamente representado nos principais órgãos de soberania, um povo rural, agrícola, pouco instruído e, por isso, facilmente manipulável, num país com graves assimetrias entre as grandes cidades, sobretudo Lisboa, Porto e Coimbra, e o interior, com graves lacunas o nível das vias e dos canais de informação entre as diferentes regiões. Tais condições socioeconómicas e sobretudo ao nível da alfabetização e educação do povo são propícias ao desenvolvimento do elitismo que, por sua definição, de modo geral, designa um grupo dominante na sociedade ou um corpo superior de um organismo social, que tanto pode ser de carácter político, como formado por grupos capazes de difundir e formar a opinião pública.

Se a *Seara Nova* critica esse primeiro tipo de elitismo político, assume-se como órgão do segundo tipo de elitismo enunciado. A sua legitimidade e as suas próprias virtudes não se põem em causa, nem mesmo a sua intervenção política, dado o estado a que o Estado chegou quando estes homens se predispuseram à ação. O que questionamos é a relação entre elitismo, qualquer tipo de elitismo, e a qualidade da vida democrática de um país, pois que os seareiros propunham, explicitamente, uma “governança extraordinária» através de um «Ministério nacional», com amplos poderes para o Presidente da República, mas constituído por aqueles que demonstram ou demonstraram competências técnicas para o exercício dos diferentes cargos governamentais, o que ficou expresso na proposta de uma União Cívica cujo conteúdo programático veio expresso no «Apelo à Nação» (n.º 21, Março de 1923).

Não nos interessa, por isso, fazer uma análise minuciosa das suas propostas políticas que, no seio do liberalismo que não nega, chega a sustentar soluções corporativistas que viriam a dar frutos conhecidos. O que nos interessa é questionar os seus ideais sociais e culturais, os ideais espirituais que, conforme os mesmos, devem informar toda a ação, pois que estes ideais vêm a colidir com os ideais espirituais da Igreja Católica que, também ela, pela sua ação social e política, reivindica para si a espiritualidade de um povo que é Católico e mariano, profundamente animado pelas aparições de 1917, mas fá-lo, também, a partir de uma elite de Bispos que não traduzem, nem expressam, antes monopolizam, a religiosidade do povo.

Foi precisamente uma certa conceção de elitismo que, face à fraca cultura democrática instalada desde o início da primeira república, motivou o de-

envolvimento de uma concepção corporativista como forma de organização política da sociedade portuguesa. O corporativismo é, na sua essência, elitista, dado que os representantes dos diferentes corpos sociais, no seu conjunto, formam a *elite* portuguesa.

Persistindo, como muito bem aponta o manifesto da *Seara Nova*, aquilo que designamos por um certo tipo feudalismo na sociedade portuguesa, cumpria não só mudar a «mentalidade portuguesa», mas também educar as suas elites em ordem à implementação de uma sociedade socialista. Mas o que se entende por sociedade socialista em 1921? Certamente que não é um socialismo científico de tipo marxista, mas estamos em crer que o ideal republicano que originou a revolução de 1910 ainda se manteve na consciência dos fundadores da *Seara Nova*, que se afirmam situar-se, politicamente, na «extrema-esquerda da República Radical, sem ser jacobina», distanciando-se, quer dos movimentos monárquicos, tradicionais ou tradicionalistas, em particular do movimento Integralismo Lusitano, com quem, desde o início, polemizou, mas também dos movimentos ou partidos políticos republicanos, de quem denunciam a fomentação de um caciquismo e uma ação de facção realizada em prol do bem particular e não do verdadeiro serviço à Nação.

Interroga-nos também a autoafirmação de que o Grupo da *Seara Nova* se situa na «extrema-esquerda da República Radical». Obviamente, não se tratará, mais uma vez, de advogar uma sociedade de tipo comunista como aquela que se vinha instalando na Rússia a partir da Revolução de 1917. Entendemos essa afirmação como a necessidade de afirmar e centrar a sua ação na defesa das classes trabalhadoras, operárias, mas essencialmente agrícolas que não eram representadas nos órgãos de soberania da 1.^a República, sobretudo porque o sufrágio estava limitado, pelo menos em 1911, ao povo alfabetizado, quando nos censos do mesmo ano número se fixava em 1.936.131, num número total de 5.600.056 *cidadãos*. Assim, a eleição para a Assembleia Constituinte recolhe apenas os votos de 846.841 eleitores (14.2% da população total). Estamos em crer que é neste quadro que se pode compreender a expressão «extrema-esquerda da República Radical», porque, no fundo, o que os searistas pretendem, sobretudo pela ação inicial de Raúl Proença, é instituir um *socialismo democrático*, progressista e não tradicionalista, assente em toda a Nação, realista na ação e idealista nos princípios, conforme se afirma: pretendendo elevar e desenvolver os ideias do 5 de outubro, «numa direção inteiramente diversa e numa atitude de espírito inteiramente nova».

O pugnar pela elevação do Espírito português através da Literatura, da Arte, da Filosofia e da exaltação religiosa são admitidos como condições indispensáveis para a modernização das condições materiais da vida dos portugueses - um certo tipo de idealismo realista que é denominado de *verdadeiro espírito prático*, daí a afirmação de um socialismo que instaure a verdadeira justiça social no âmbito da *democracia social*, combatendo qualquer forma de nacionalismo, mas advogando uma *verdadeira Revolução* assente, segundo pena de Raúl Proença, em representação do Grupo da Seara Nova, na Educação. Mas os membros do Grupo da Seara Nova, criticando o elitismo que conduziu Portugal ao estado a que havíamos chegado em inícios da década de 20 do século passado, propõe como solução explícita a constituição de um novo elitismo intelectual, de *homens de ação*, como razão de ser da sua própria existência. Fica isto bem patente na justificação de não se constituir o Grupo como um partido político com a justificação de que, e cito:

Há, pois, que agir sobre todos os tecidos do corpo coletivo, que modificar todas as funções desse corpo. E sobretudo que modificar aquele organismo que está destinado a exercer sobre todos os outros uma ação diretiva: numa palavra, que reformar a estrutura espiritual, a forma da mentalidade da *elite* portuguesa, tão certo que têm sido os vícios mentais dos portugueses os seus maiores inimigos (Raúl Proença, «Porque não somos um partido político?», in *Seara Nova*, n.º 2, 05/11/1921, p. 48).

No fundo, o que se pretendia era substituir uma elite por outra. A elite que aqui é denunciada é a elite política republicana, arregimentada em ideologias e em partidos políticos, mas também o escol que se integrava nos ideais do Integralismo Lusitano; a elite a que se propõem é mais vasta e, por isso, mais perigosa; é uma elite de pensamento, uma elite espiritual, de crítica e de doutrina, que pretende, acima de tudo, na sua primeira fase, diremos até 1926, fomentar a criação de uma opinião pública esclarecida, com uma conceção organicista da sociedade que, certamente, advogou um certo tipo de corporativismo.

O que questionamos é talvez um paradoxo em que se encerraram os fundadores da *Seara Nova*: se, por um lado, criticam o elitismo republicano, por outro lado, propõem um outro elitismo; se, por um lado, denunciam a manipulação das massas pela propaganda política republicana e integralista, por outro lado, constituem-se eles próprios como propagandistas ao pretender formar uma opinião pública, no seu entender e de acordo com os

seus ideais, esclarecida. Apontando-se-lhe a virtude de não se constituírem como partido político, o objetivo principal é influenciar a vida política propondo um modelo de organização da sociedade assente numa determinada e particular visão da democracia.

O que afirmámos não pretende questionar a oportunidade ou até mesmo a necessidade do surgimento da *Seara Nova*, especialmente no período em que teve a sua origem. De facto, as condições políticas muito particulares o exigiam. As famosas elites que se queriam combater eram formadas por militares, ideólogos e dirigentes político-partidários, quer republicanos, quer monárquicos, mas também as elites eclesiásticas, sobretudo através da ação da União Católica que, em 1915, chegou a eleger deputados, e depois, a partir de 1917, através do Centro Católico Português.

É sobretudo com a ação de António Sérgio, que se junta ao grupo dos seareiros em 1923, que o conflito entre estes e a Igreja Católica se agudiza. O espírito racionalista e, por vezes, cientificista de António Sérgio, permitia-lhe negar a existência de uma civilização cristã; no entanto, talvez tenha sido o membro do Grupo que mais se ocupou com a necessidade de educação do povo, mas, também ele, defendendo veementemente a necessidade da educação cívica, não se absteve de considerar que a organização política da sociedade deveria ser dirigida pelas elites intelectuais, embora sob o escrutínio do povo esclarecido. Entendia que a formação da opinião pública seria sempre uma opinião de um público ilustrado e, portanto, pugnou pelos seus ideais polemizando com diversos publicistas e pensadores do seu tempo, revendo a história segundo os seus próprios princípios doutrinários e não tanto segundo os factos conhecidos. Mas a sua *Educação Cívica* merece o nosso destaque, embora a mesma seja de carácter essencialmente prático, relegando as conceções ético-morais para segundo plano, isto é, sublinhava o papel da instrução para a participação na construção da organização da sociedade, mas descurava o ideal de formação integral do Homem. Quando muito, poder-se-á identificar uma preocupação de formação moral de tipo kantiano – coerente, aliás, com a sua rutura com o Movimento da Renascença Portuguesa e com o autor de *A Arte de Ser Português*.

Não compreendia, nem tão pouco as elites políticas republicanas, que a necessidade de afirmação de uma Identidade, um foco de união e coesão que, de certa forma, a Monarquia proporcionava, haveria de ter de ser substituído em termos republicanos por uma Identidade assente em valores e mitos próprios que sustentam todas as comunidades. Aliás, naquilo que

podemos chamar de refundação da *Seara Nova*, em 1923, com a saída de alguns dos seus membros fundadores e com a muito saudada entrada no Grupo de António Sérgio, não se deixa de afirmar que «finalmente, continuamos a desejar a organização e predomínio duma *elite* generosa, inteligente e sabedora» (n.º 22, Abril de 1923, p. 154), tal como se vem a reafirmar logo no artigo seguinte, assinado por Raúl Proença, sob o título *A União Cívica e a «Seara Nova»: Definição da nossa atitude. Resposta às objeções fundamentais*, que leva como epígrafe a seguinte citação do n.º 1, página 14, de Raúl Proença: «Uma Nação é apenas, meus senhores, o que dela faz a sua *elite*». O próprio António Sérgio dá corpo efetivo a essa elite, também política, ao afirmar: «Toda a ação política fecunda exige três espécies de funções: a dos pensadores ou ideologia; a dos *políticos*, ou coordenadores; e enfim a dos técnicos treinados nas minúcias da execução.» (António Sérgio, «A União Cívica, os seus intuítos e os seus métodos», in *Seara Nova*, n.º 22, abril de 1923, p. 160).

Encerrando-se nas questiúnculas elitistas, a *Seara Nova*, desde a sua constituição até ao 28 de maio de 1926, não contribuiu significativamente para a implantação de uma verdadeira democracia, nem social, nem liberal, nem republicana. O seu elitismo, como todos os elitismos, contribuiu outrossim para o afastamento entre representados e representantes, entre governados e governantes, alimentando, também por falha da sua missão, outras reações e outras soluções que agradassem não apenas aos espoliados e ostracizados conservadores católicos, mas também aos militares que, efetivamente, seriam os únicos a reunir condições para a chamada Revolução que se impunha e pela qual a *Seara Nova* apregoava.

Não viram os membros dirigentes da *Seara Nova* que a transformação ou a evolução de uma sociedade, em particular depois da implementação de um novo regime político, urgia renovar os mitos que fundam o espírito de um povo e o tornam uno e coeso em torno de valores partilhados e de uma identidade comum. Antes pelo contrário, romperam por essas mesmas razões com o grupo da *Renascença Portuguesa*, invocando a incongruência de apregoar um saudosismo espiritual, fosse ele de carácter sebástico ou apelando à instauração de um quinto império, que mais não faria do que paralisar o povo numa espera por algo que nunca se viria a concretizar. Não compreenderam os dirigentes da *Seara Nova* que são precisamente os mitos fundadores do espírito de um povo que animam a sua ação, que é em torno dos quais que as mudanças, a evolução e a revolução, se podem fazer e podem ser aceites, que as saudades do passado é que dão sentido às

saudades do futuro. Por fim, não entenderam os dirigentes da *Seara Nova*, nem os políticos da Primeira República, no fundo, as elites, que a construção de uma sociedade democrática se faz pela ação e vontade do seu povo; que o cerne de tal tipo de sociedade é a soberania popular; que é do povo que emergem as elites para agirem em função da vontade do povo. O que se pretendeu, durante toda a Primeira República, tenha sido por ação dos partidos políticos, dos militares, ou de forças da sociedade civil com o carácter e a disposição dos membros da *Seara Nova*, foi o contrário: agrupar um escol de indivíduos que se apresentasse com a legitimidade de uma elite para conduzir os destinos de todo um povo. Defenderam a necessidade de uma *Revolução*, alimentaram uma conceção organicista da sociedade, chegaram a sustentar que um novo governo, saído dessa *Revolução*, dirigido por uma nova elite (a sua), deveria ter poderes executivos reforçados perante o legislativo. Pois bem! Todas essas ideias viriam, como sabemos, a ser bem aproveitadas.

A ditadura viria a ser instaurada na sequência do movimento militar de 28 de Maio de 1926, e rapidamente os searistas que se opuseram ao regime talvez não tenham percebido que, sobretudo a partir da aprovação da Constituição de 1933, mais do que combater uma elite com outra elite, deveria ter sido mais útil congregar *Homens Livres*, fossem eles republicanos ou integralistas, conservadores ou progressistas, tomando como princípio a defesa dos valores democráticos, da liberdade, da justiça e, sobretudo, da soberania popular.